

Caracterização e análise de experiências em educação popular na Paraíba (1960-2010)

Characterization and analysis of experiences in popular education in Paraíba (1960-2010)

Ione Gomes da Silva*

Pedro José Santos Carneiro Cruz**

Edgar da Silva Fontes***

Resumo: Este estudo teve por objetivo identificar os espaços em que se desenvolveram historicamente algumas das principais experiências que influenciaram a Educação Popular (EP) no estado da Paraíba, no período de 1960 a 2010. A matriz teórica e analítica é a dialética, e a pesquisa assume uma abordagem qualitativa. Metodologicamente, utilizou-se a sistematização de experiências, a partir de entrevistas narrativas para a reconstituição da história e da memória de educadores populares com atuação reconhecida e destacada nesse Estado. Em termos da análise e da organização dos dados, realizou-se a escuta da gravação original das entrevistas e, em seguida, procedeu-se à transcrição dos originais. A amostra foi composta por 11 sujeitos. A análise das entrevistas resultou no levantamento de 57 experiências de EP. Dentre as conclusões, é possível destacar que o estado da Paraíba pode ser considerado um importante centro articulador de experiências locais e nacionais de EP no Brasil.

Palavras-chave: Educação; experiências populares; processos históricos; Educação Popular.

Abstract: This study aimed to identify the spaces in which some of the main experiences that influenced Popular Education (PE) in the state of Paraíba in the period from 1960 to 2010 were historically developed. The theoretical and analytical matrix is dialectic and the research takes a qualitative. Methodologically, we used the systematization of experiences based on narrative interviews to reconstruct the history and memory of popular educators with recognized and prominent activities in this State. In terms of data analysis and organization, the original recording of the interviews was

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação pela UFPB. Graduação em Pedagogia pela UFPB. E-mail: ionegs89@gmail.com

** Doutor em Educação pela UFPB. Mestre em Educação pela UFPB. Graduação em Nutrição pela UFPB. Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da UFPB. E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

*** Graduação em Medicina pela UFPB. Médico Residente de Medicina de Família e Comunidade – Secretaria de Estado da Saúde/PB. E-mail: edgarfontes.7@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

listened to and then the originals were transcribed. The sample consisted of 11 (eleven) subjects. The analysis of the interviews resulted in the survey of 57 PE initiatives. Among the conclusions, it is possible to highlight that the state of Paraíba can be considered an important center for articulating local and national experiences of PE in Brazil

Key words: Education. Popular Experiences. Historical processes. Popular Education.

Recebido em: 25/03/2023. Aceito em: 26/02/2024

INTRODUÇÃO

A Educação Popular (EP) representa uma concepção educacional originária da América Latina, comprometida com a educação e a formação política dos sujeitos das classes populares. Desde sua origem até os dias atuais, a EP vem constituindo uma temática de relevância na área da Educação, aglutinando diferentes experiências, cujos protagonistas se dedicam ao desenvolvimento e adensamento de fazeres e de perspectivas metodológicas críticas, participativas e dialógicas. Atualmente, a EP se expressa com relevante significado em diferentes espaços, entre eles alguns Programas de Pós-Graduação em Saúde (sendo tema central de linhas de pesquisa), grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e sendo foco de um dos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (o de número 06).

Dessa maneira, a EP segue afirmando a continuidade de sua pertinência e a persistência de seu sentido orientador de práticas importantes no cenário educacional contemporâneo. De acordo com o exposto por Holliday (2020), horizontalidade, problematização e diálogo são aspectos centrais em um processo em que educador e educando são sujeitos geradores de aprendizagem, tal como deve acontecer nas iniciativas de EP. Para o referido autor, a EP pode ser referida a múltiplas práticas que possuem uma intencionalidade transformadora e podem realizar-se tanto na informalidade quanto por meio de políticas públicas oficiais. Além disso, se afirma de maneira crítica e se apresenta como alternativa às ações educativas autoritárias e de caráter apenas conteudista (Silva; Cruz, 2022).

Para Rezende (2022) a EP vai ser definida como um movimento histórico e como uma qualidade do processo educativo, aspectos que podem ser identificados em diversos tipos de atividades ou iniciativas que assumem o protagonismo das classes populares.

Com esse direcionamento, a EP implica um modo de fazer diferente e criativo na produção, condução e organização das ações, além das práticas sociais. Além disso, compreende vivências e experiências nas quais os saberes populares são valorizados. Assim, o diálogo de saberes e a análise crítica da realidade são eixos centrais nesse modo de ser no mundo. Primordialmente, preza por processos de mudança por meio da mobilização coletiva e participante em prol da geração de movimentações emancipatórias e cidadãs (Cruz, 2015).

No estado da Paraíba, foram construídas, historicamente, várias ações orientadas pela EP com diferentes níveis de recurso material e humano bem como com variadas conformações metodológicas e interfaces pedagógicas, atuando em distintas comunidades, instituições

e cenários sociais. Algumas dessas experiências continuam em andamento até os dias de hoje, outras foram extintas e muitas foram reconfiguradas. As vivências desenvolvidas no seio dessas várias experiências contribuíram para a deflagração de um rico processo de sistematização e de reflexão crítica, teórica e metodológica, resultando em um significativo mosaico de produções acadêmicas e literárias sobre a educação brasileira, a educação de jovens e adultos, os processos de ensino e aprendizagem, a interface educativa de políticas públicas, o ensino universitário, os movimentos sociais, entre outros (Vasconcelos; Vasconcelos; Silva, 2015; Cruz, 2015).

Nesse cenário, desde 2015, o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) vem desenvolvendo uma pesquisa ampla com o intuito de identificar e sistematizar experiências, movimentos e práticas de EP na Paraíba. Entrevistas vêm sendo realizadas com diferentes educadores e educadoras populares, profissionais com atuação destacada no estado em diferentes espaços, seja nos serviços públicos – incluindo-se a escola –, seja nos movimentos sociais, nas ações comunitárias, nas organizações não governamentais (ONGs) e nas instituições de ensino superior e tecnológico.

Como resultado desse processo amplo de pesquisa, destacam-se artigos produzidos, como o de Bernardo e Cruz (2022) bem como as coletâneas de Oliveira *et al.* (2022; 2020), as quais reúnem, na íntegra, as narrativas das pessoas entrevistadas. Especificamente para o presente manuscrito, iremos focar a caracterização das experiências de EP na Paraíba, compreendidas como aqueles processos coletivos e iniciativas educativas e sociais promovidos nesse contexto, de acordo com os depoimentos das pessoas entrevistadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referido estudo teve seu percurso investigativo pautado na abordagem qualitativa, conforme fundamentado por Gadamer (1999) e Minayo (2008). Para seu desenvolvimento e alcance dos objetivos, utilizamo-nos dos fundamentos das entrevistas narrativas. Adotou-se como preceito a produção de informações, a partir de uma interação colaborativa entre pesquisadores e participantes, de modo a focar a história desses últimos, por intermédio através da interação e do diálogo, conforme fundamentado nos trabalhos de Jovchelovich e Bauer (2002) e Muylaert *et al.* (2014).

Tal perspectiva é fundamental ao estudo, por envolver, dentre seus fundamentos mais básicos, a valorização dos saberes, das reflexões e dos aprendizados que as pessoas constroem ao longo de suas trajetórias de vida e na potencialidade que tais elementos contêm para subsidiar análise e aprofundamentos em torno de questões de toda ordem. No caso da EP, justamente, isso significa, para a pesquisa em tela, voltar seu olhar para os participantes, para seus saberes e para as subjetividades por eles construídas nesse percurso.

O presente estudo encontra-se embasado na abordagem da sistematização de experiências de Holliday (2006), para quem “[...] experiências são processos sociais dinâmicos: em permanente mudança e movimento. São também processos sociais complexos, em que se interrelacionam, de forma contraditória, um conjunto de fatores objetivos e subjetivos[...].” (Holliday, 2006, p. 21). Neste sentido, a categoria experiência é compreendida enquanto um processo social que inclui a participação de vários sujeitos, e não apenas a experiência subjetiva individual de um único protagonista. O esteio teórico e metodológico de nosso estudo esteve calcado na ideia de experiência como categoria estruturante, compreendida do ponto de vista coletivo, na perspectiva de iniciativas, processos e trabalhos sociais e educativos concretos. O processo empírico de realização

das entrevistas teve início em 2015 e foi até 2019, de modo que as experiências reconstituídas na memória dos participantes entrevistados não remeteram a processos educativos mais recentes. Em razão disso, como também considerando as narrativas produzidas pelas pessoas entrevistadas, foi possível identificar que as experiências relatadas pelos participantes compreendem um período entre 1960 até 2010, o que justificou, portanto, o recorte temporal proposto neste estudo.

De acordo com Muylaert *et al.*, (2014), as entrevistas narrativas priorizam a profundidade na abordagem aos participantes do estudo, enfocando questões geradoras, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. Preocupa-se, dessa maneira, em encorajar os participantes do estudo a reconstruir acontecimentos, situações, vivências e experiências sociais do seu ponto de vista (Jovchelovich; Bauer, 2002).

Para a coleta dos dados, realizamos entrevistas individuais, atividade em que se privilegiou a interação social, e o pesquisador utilizou-se de um roteiro que serve de apoio na sequência das questões geradoras. Nessa perspectiva, as informações fornecidas durante a entrevista são fruto da reflexão do entrevistado sobre a realidade vivenciada por ele. Neste sentido, essas informações constituem uma representação da realidade: formas de pensar, crenças, sentimentos e ideias (Minayo, 2008).

O corpo de entrevistados foi composto por 11 (onze) pessoas que tiveram um protagonismo na história das experiências de EP na Paraíba. O critério utilizado para a inclusão envolveu pessoas que tivessem desenvolvido experiências e exercido papel histórico reconhecido na EP. A escolha dos entrevistados deu-se a partir de consulta a grupos de pesquisa e coletivos que, historicamente, priorizam o estudo no campo da EP e sua interface com práticas sociais e populares, mais especificamente, o “Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Saúde” e o “Grupo de Pesquisa em Extensão Popular”, além da Rede de Educação Popular em Saúde (REDEPOP), da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), da Rede de Educação Cidadã (RECID) e do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

Entre os onze indicados, foram contemplados homens e mulheres com experiências em diferentes tempos históricos. A maioria dessas experiências, no entanto, teve origem no período que vai de 1960 a 2010.

Como dito anteriormente, este artigo resulta de um subprojeto de uma pesquisa mais ampla, da qual foram organizados livros com a íntegra das entrevistas relatando as trajetórias desses atores sociais. O roteiro das entrevistas foi constituído de questões geradoras que contemplaram dimensões da vida dos participantes, tais como: as vivências através das quais influenciaram para que se tornassem um/a educador/a popular; as temáticas ou as questões que mais despertaram o seu interesse; as ideias, as referências mais significativas/expressivas; concepção que têm do conceito de Educação Popular; impressões sobre os principais desafios e possibilidades da Educação Popular hoje; suas principais contribuições (teóricas e práticas) à Educação Popular; e suas principais produções na área.

A perspectiva narrativa das entrevistas foi fortalecida também pelo embasamento dos pesquisadores no referencial da História Oral (Selau, 2004), de maneira que, apesar de serem orientadas por um roteiro com questões geradoras, tais entrevistas foram conduzidas de forma aberta e livre às iniciativas dos entrevistados e às várias nuances e considerações que avaliassem ser oportuno compartilharem diante do objeto de estudo. Os depoimentos orais também foram registrados, por meio de filmagem, em câmera digital, e de gravador de voz, em aparelho celular.

Esta pesquisa está em consonância com os preceitos que regem a Portaria nº 466/2012 (Brasil, 2012a) e foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba sob o parecer de número 4.853.977.

Em termos da análise e da organização dos dados, pontua-se que, primeiramente, os pesquisadores procederam à escuta atenta da gravação original de cada uma das entrevistas. Em seguida, fizeram a transcrição dos originais, os quais foram lidos duas vezes. Nessa última etapa, os pesquisadores dedicaram-se a identificar espaços nos quais foram desenvolvidas as experiências, os movimentos e as práticas de EP citadas pelos entrevistados. Diante disso, organizou-se uma relação com um total de 57 experiências, incluindo trabalhos sociais diversos como: iniciativas populares, ações comunitárias, processos educativos e movimentos sociais e projetos articulados à EP na Paraíba. A partir dessa relação, passou-se à nova leitura do material transcrito, agora com vistas à categorização dessas experiências, movimentos e práticas em tipos (modalidades) de espaços. Dividimos as experiências em nove grupos temáticos, de acordo com os dados que emergiram das entrevistas. Foram, então, levantadas experiências pertencentes a: Organizações, Redes e Articulações Nacionais; Projetos Nacionais de Educação; Organizações Políticas; Movimentos Sociais; Organizações Não Governamentais; Organizações Ligadas à Igreja Católica; Organizações Universitárias; Serviço de Saúde; Iniciativas Locais de Educação de Jovens e de Adultos.

Cumprir destacar que a organização aqui apresentada não possui, entre as categorias, caráter excludente, ou seja, é possível que uma mesma experiência de um determinado protagonista possa, por exemplo, ao mesmo tempo, ser classificada como “organização política” e como “movimento social”. A classificação feita no presente artigo, portanto, não é exclusivista, mas considerou, em cada experiência, o grupo temático predominante de cada espaço, sendo, para isso, levadas em consideração as características centrais que configuram, em essência, tais experiências, movimentos, organizações e espaços da EP na Paraíba.

A perspectiva de análise desenvolvida no decorrer desta pesquisa foi a concepção metodológica dialética, conforme os pressupostos de Jara Holliday (2006). Podemos considerar a dialética como um modo de analisar a realidade, considerando-a em sua essência contraditória e em permanente transformação (Melo Neto; Cezarino; Carneiro, 2002). Optamos pela dialética marxista, a qual parte do real, através de movimentos profundos de reflexão direcionados para a revelação da verdade ou mesmo da elevação crítica da consciência sobre esta realidade (Markus, 1974 *apud* Melo Neto; Cezarino; Carneiro, 2002).

CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA PARAÍBA

Posteriormente à análise das entrevistas e à categorização dos resultados, foram encontradas 57 experiências, incluindo trabalhos sociais diversos como: iniciativas populares, ações comunitárias, processos educativos e movimentos sociais e projetos articulados à EP na Paraíba, a partir dos relatos dos educadores populares entrevistados.

É importante salientar que algumas das experiências citadas pelos entrevistados tiveram sua origem em outros estados, isto é, fora da Paraíba. Embora tenham acontecido em outros territórios, essas vivências foram fundamentais para a construção de novas experiências ligadas à EP no âmbito estadual, pois cada uma delas contribuiu para a formação e construção da trajetória desses atores que se tornaram protagonistas e foram essenciais para o fortalecimento e expansão da EP na Paraíba. Prosseguiremos com a apresentação das experiências.

Organizações, redes e articulações nacionais

Na categoria “Organizações Nacionais”, foram encontradas cinco iniciativas e movimentos da EP com influência na Paraíba. Tais movimentos representam, aproximadamente, 9% dos espaços repertoriados a partir da análise das entrevistas.

A *Associação Nacional de Extensão Popular* (ANEPOP) – citada por 2 entrevistados – foi criada em 2005 e reúne, nacionalmente, atores sociais envolvidos em ações de extensão universitária orientadas pelo referencial teórico-metodológico e ético da EP, conforme sistematizada por Paulo Freire e outros.

Participam da ANEPOP estudantes, professores, técnicos e membros de movimentos populares ligados a essas ações de extensão, com o intuito de compor espaços de troca de experiências, discussão e estudos sobre as possibilidades e dificuldades da extensão na perspectiva da EP (Anepop, 2019).

A *Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais* (ANAMPOS) – citada por 1 entrevistado – foi fundada, em 1980, com o princípio básico de estudar e articular formas de unificar movimentos sindicais e populares, do campo e da cidade, frente à conjuntura política da época. Conforme aponta Mance (2007), o desenvolvimento de uma concepção de movimento popular no Brasil estaria estritamente ligado à ANAMPOS, que colaborou com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, no ano de 1983. O referido movimento tentava alterar as formas de atuação sindical e, para isso, buscava o apoio de outros setores que atuavam em diversas formas de organização popular.

O *Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae* (CEPIS) – citado por 1 entrevistado – é um Centro de formação e assessoria político-pedagógica no campo da EP. Tornou-se, desde 1975, uma das formas de concretizar o compromisso humanista do Instituto Sedes Sapientia, junto às classes populares, rumo a uma sociedade sem dominação. O CEPIS nasceu e define-se como assessoria, conectado a legítimos processos de luta e organização da classe oprimida e dos setores sociais que sofrem distintas formas de dominação ou opressão, dispostos a alterar, pela raiz, as estruturas da sociedade de exploração (Cepis, 2020).

A *Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde* (ANEPS) – citada por 1 entrevistado – nasceu, em 03 de dezembro de 2003, como fruto dos debates e trocas de experiências que foram vivenciadas no I Encontro Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde, que aconteceu em Brasília, no ano de 2003. O principal objetivo a ser alcançado era promover uma interlocução entre movimentos, práticas populares, profissionais da Saúde, pesquisadores e técnicos do governo. Entidades como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Movimento Popular de Saúde, Movimento de Mulheres Camponesas, entre outros, integram a ANEPS. A referida articulação propõe-se a apoiar ações de Educação Popular e Saúde, visando à qualificação de suas práticas e à construção de processos formativos, a fim de contribuir para a formulação de políticas públicas (Stotz, 2004).

A *Rede de Educação Cidadã* (RECID) – também citada por 1 entrevistado – foi fundada em 2003. É a articulação de diversos atores sociais e movimentos populares que tomam para si a missão de concretizar um processo ordenado de sensibilização, mobilização e EP, tendo como público alvo os grupos mais vulneráveis econômica e socialmente, por exemplo, indígenas, negros, jovens, LGBTs e mulheres. Objetiva o diálogo e a construção da participação ativa desses sujeitos para a superação da miséria, almejando um Projeto Popular democrático e soberano de nação, que só poderá se concretizar quando esses grupos, que se encontram à margem da sociedade,

alcançarem a consciência sobre sua realidade e compreenderem a importância de se organizarem coletivamente para enfrentar e superar todas as formas de negação dos seus direitos (RECID, 2019).

Projetos nacionais de educação

Na categoria “Projetos Nacionais de Educação”, foram identificados três projetos que influenciaram a EP na Paraíba: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Essas ações, que são detalhadas abaixo, representam, aproximadamente, 5% das experiências relatadas pelos Educadores Populares entrevistados.

A *Educação de Jovens e Adultos (EJA)* – citada por 2 entrevistados – constitui-se como um tema de política educacional no Brasil, principalmente, a partir da década de 1940. Pode-se afirmar que esse foi um período fértil para a reflexão pedagógica sobre o tema do analfabetismo. Mesmo assim, não foram produzidas propostas metodológicas voltadas especificamente para a alfabetização de adultos. Isso começa a se modificar a partir da década de 1960, com o trabalho de Paulo Freire e sua equipe, que passam a produzir e orientar experiências críticas de educação de adultos, objetivando alfabetizar e promover uma transformação social com o diálogo como um princípio educativo e assumindo os educandos jovens e adultos como sujeitos de sua aprendizagem (Di Pierro *et al.*, 2001).

O *Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)* – citado por 2 entrevistados – surge, em 1967, como uma das respostas a um período de intensa mobilização social. Criou pelo governo militar, permaneceu vigente por quinze anos. Longe de prosseguir com o que era realizado anteriormente pelos movimentos de alfabetização, o MOBRAL, como órgão de concepção e de execução, centralizou as iniciativas, restringindo o conceito de alfabetização à habilidade de ler e escrever (Haddad, 2006).

O *Programa Nacional de Alfabetização (PNA)* – citado por 1 entrevistado – foi criado em 1964. Sua instituição foi uma tentativa do Ministério da Educação e Cultura de coordenar os movimentos de educação de base e/ou alfabetização de adultos e adolescentes que vinham se multiplicando em todo o país a partir de 1961. O programa pretendia instalar, em 1964, 60.870 círculos de cultura, que seriam implantados em quatro etapas sucessivas (cada uma com a duração de três meses) em todas as unidades da federação (CPDHCB, 2019c).

Organizações políticas

Na categoria “Organização Política”, foram identificadas cinco experiências que influenciaram fortemente as ações de EP na Paraíba e, por conseguinte, também no Brasil. Tais iniciativas e movimentos representaram, aproximadamente, 9% das ações identificadas nas análises das entrevistas. Essas iniciativas são explicitadas abaixo.

A *Central Única dos Trabalhadores (CUT)* – citada por 4 entrevistados – é uma organização sindical de trabalhadores de âmbito nacional fundada, em 1983, em São Bernardo do Campo, em São Paulo, pelos sindicalistas – autodenominados “autênticos” – ligados às greves do ABC Paulista, ocorridas a partir de 1978, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo bem como setores dos movimentos populares (CPDHCB, 2019b).

O *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* – citado por 2 entrevistados –, de âmbito nacional, foi fundado em março de 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu em agosto de 1961 e teve como finalidade

facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização. O objetivo do PCB, desde a fundação, foi promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista (CPDHCB, 2019a).

O *Partido dos Trabalhadores* (PT) – citado por 2 entrevistados – surgiu a partir da união de movimentos populares, organizações de esquerda, intelectuais e políticos. Um dos principais diferenciais do PT pode ser identificado já na sua origem, pois o partido político nasce atrelado ao movimento social dos trabalhadores e tem, na sua base, a classe operária. Preza pela autonomia dos movimentos e organizações populares e apresenta-se como socialista e democrático. O PT defende que os trabalhadores sejam livres em suas formas de organização e apoia o combate às formas de repressão (CPDHCB, 2019a; Lacerda, 2008).

A *União Nacional dos Estudantes* (UNE) – citada por 2 entrevistados criada em 11 de agosto 1937, – surgiu como fruto da expansão das instituições universitárias no território brasileiro. Desde a sua gênese, a UNE apresenta-se como uma entidade de luta em defesa não só do ensino universitário mas também dos outros níveis de ensino. Envolveu-se e colaborou ainda com as lutas sociais enfrentadas por operários e camponeses. Uma das suas principais bandeiras, antes do Golpe Militar de 1964, era o fortalecimento da democracia; após o Golpe, a entidade estudantil passou a lutar por sua restauração (Torres, 2016).

O *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB) – citado por 1 entrevistado – nasce a partir de rupturas do bloco constituinte do PCB. Em 1961, protagonistas do referido partido reúnem-se para a criação do Partido Comunista do Brasil. O PCdoB, como todos os partidos comunistas, foi constituído com o objetivo de promover a derrubada do sistema capitalista e, por intermédio da revolução proletária, realizar a passagem ao regime socialista (CPDHCB, 2019a).

Movimentos sociais

Na categoria “Movimentos Sociais”, foram identificadas 8 experiências locais e nacionais que se interligam com processos de EP na Paraíba. Esses movimentos encaixados nessa subdivisão caracterizam, aproximadamente, 14% das experiências identificadas nas análises das entrevistas.

O *Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra* (MST) – citado por 2s entrevistados – atualmente está organizado em 24 estados das cinco regiões do país. Esse movimento surge para dar resposta a uma das grandes problemáticas existentes no país e que persiste até os dias de hoje: a questão agrária. Sua origem está na articulação das lutas pela terra que aconteceram no final da década de 1970, sobretudo na parte Centro-Sul do Brasil. O período que vai de 1979 a 1984 é apontado como o da fase de gestação do MST; seu nascimento formal aconteceu no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná (Caldart, 2001).

O *Movimento Popular de Saúde - Paraíba* (MOPS-PB) – citado por 2 entrevistados – caracteriza-se, desde o final da década de 1970, por ser um movimento de livre iniciativa da sociedade civil organizada, dos atores das práticas e movimentos populares de Saúde bem como trabalhadores e trabalhadoras de Saúde que tenham compreensão da Saúde como um bem social e humano (MOPS, 2019).

O *Centro de Ação Cultural* (CENTRAC) – citado por 2 entrevistados – foi fundado em 1986, na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que visa oferecer apoio e assessoria aos movimentos sociais urbanos e rurais existentes na região. A atuação do CENTRAC acontece em torno de quatro eixos principais: controle social na gestão

pública, desenvolvimento sustentável, direitos e igualdade de gênero, além do eixo juventude e participação política (Souza *et al.*, 2017).

A *Associação de Moradores e Amigos do Bairro do Cristo Redentor* (AMABCR) – citada por um entrevistado – foi criada na década de 1980. Por meio dessa associação, destacam-se os movimentos de defesa do meio ambiente e da causa ecológica, organizações de apoio a serviços educacionais (municipais) e de saúde, movimentos de proteção a minorias religiosas, étnicas e culturais bem como outros grupos minoritários, tais como grupos feministas e defensores das causas LGBTs.

O *Movimento Unificado de Extensão e Integração Cultural* (MUEIC) – citado por 1 entrevistado – foi criado em 1989. O referido movimento estava ligado às atividades artísticas e ao fazer educacional. Sua atuação se dava na perspectiva da ET e, entre seus princípios, é possível destacar a solidariedade, o diálogo, a justiça social e a luta por educação de qualidade e valorização da cultura (Cananéa, 2015).

A *Juventude Teatral de Cruz das Armas* (JUTECA) – citada por 1 entrevistado – nasceu na década de 1980, a partir do sonho de um morador de deixar um teatro para sua comunidade, em Cruz das Armas, bairro da cidade de João Pessoa, na Paraíba. O grupo era visto, pela Ditadura Militar, como “subversivo comunista”, por encenar peças que questionavam a sociedade e, por conseguinte, a conjuntura da época (Silva, 2014).

A *Associação Paraibana de Regimes Próprios de Previdência* (ASPREVPB) – citada por 1 entrevistado – é uma entidade social sem fins lucrativos fundada em 2013, com o objetivo de apoiar os regimes próprios de previdência, no estado da Paraíba, dando suporte técnico e oferecendo formação para gestores e colaboradores (ASPREVPB, 2019).

A *Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde* (FENASPS) – citada por 1 entrevistado – criada em 1984, tem como finalidade a defesa dos interesses dos servidores do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), em todo o Brasil, com o objetivo de congregar e representar os servidores do SINPAS, por intermédio de entidades de classe a ela filiadas (FENASPS, 2010).

Organizações não governamentais

Na categoria “Organizações não Governamentais”, foram identificadas 6 experiências, as quais representam aproximadamente 10% das iniciativas de EP, na Paraíba, referidas pelos entrevistados. Vejamos cada uma delas a seguir.

A *BAMIDELÊ – Organização de Mulheres negras na Paraíba* – citada por 1 entrevistado – é uma organização não governamental constituída por feministas negras que foi criada em 2001, tendo como objetivo lutar contra o racismo e o sexismo. A referida ONG busca assegurar a participação das mulheres negras na vida política da Paraíba e atua em diversas frentes, promovendo ações políticas, ações educativas, cursos, palestras etc. A palavra *BAMIDELÊ* significa esperança e pertence ao idioma Yorubá, uma das línguas faladas no continente africano (Marcelino, 2018).

A *Associação Artístico-Cultural de Cabedelo* (AACC) – citado por 1 entrevistado –, fundada em 1985, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com finalidades culturais. Tem por objetivos desenvolver, fomentar, preservar e restaurar as manifestações artísticas e culturais da sociedade a partir de situações geradas no contexto sociocultural do município do Cabedelo, na Paraíba (Cananéa, 2015).

A *ONG Maré Produções Artísticas e Educacionais* – citada por 1 entrevistado –, fundada em 2002, na perspectiva da EP e da valorização do saber comunitário e popular, visa à publicação de

obras coletivas e populares, a fim de democratizar o acesso à publicação científica por meio do apoio editorial a acadêmicos e a não acadêmicos (Ong-Maré, 2020).

A *Sociedade de Assessoria ao Movimento Popular e Sindical* (SAMOPS) – citada por 1 entrevistado –, criada em 1985 e considerada de utilidade pública estadual e municipal, tem como objetivo geral defender e promover os direitos humanos no estado da Paraíba. Com isso, desenvolve atividades específicas nas áreas de direito à segurança da criança, do adolescente e da questão urbana (Ramalho *et al.*, 2010).

A *Fundação Fortaleza Santa Catarina* (FFSC) – citada por 1 entrevistado – foi criada em 1995. Essa Fundação administra o monumento histórico da Fortaleza de Santa Catarina, que fica localizado no município de Cabedelo, na Paraíba, como também é um importante ponto turístico. Assim, a FFSC fortalece esse monumento, promovendo-o também como um Centro de Atividades Culturais (Canaanéa, 2015).

O *Instituto Cajamar* (INCA) – citado por 1m entrevistado – foi criado em 1986 para ajudar na formação e conscientização da classe trabalhadora nos aspectos político e sindical, ação em que desempenhou importante papel. O instituto encerrou as atividades em 1994. Seus ex-funcionários, entretanto, em 1995, criaram a atual *Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar* (Cooperinca), com o intuito de manter o espaço histórico.

Organizações ligadas à Igreja Católica

A partir da análise das entrevistas, na categoria “Organizações Ligadas à Igreja Católica”, encontraram-se 14 experiências, representando, aproximadamente, 25% das ações identificadas e o maior número de atividades e movimentos relacionados aos processos de EP, na Paraíba, a saber: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento de Educação de Base (MEB), Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Independente Católica (JIC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Formação Missionária (CFM), Centro de Formação Missionária Feminino, Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira (SEDUP) e Associação dos Missionários e Missionárias do Campo.

O *Movimento de Educação de Base* (MEB) – citado por três entrevistados – foi instituído pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em 1961. O referido movimento tinha por objetivo desenvolver um programa de educação de base que se concretizaria através de escolas radiofônicas, sobretudo nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O MEB recebeu apoio do governo, que colaborou com recursos financeiros e cessão de funcionários. O seu público-alvo preferencial era as populações pobres e injustiçadas das regiões subdesenvolvidas (Fávero, 2004).

As *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) – citadas por 2 entrevistados – nasceram em uma conjuntura sociopolítica marcada pelo regime militar autoritário e pelo consequente fechamento dos canais de participação política. As comunidades estavam distribuídas em pequenos grupos pelas zonas urbanas e rurais das cidades e buscavam preservar a cultura popular. Os membros das CEBs tinham algumas características em comum: geralmente, eram pessoas que sofreram expropriação da terra e exploração do trabalho. Esses sujeitos migrantes e oprimidos encontravam, nas comunidades, espaços para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a organização popular, condições necessárias para enfrentamento da opressão (CPDHCB, 2019d; Betto, 1985).

A *Juventude Agrária Católica* (JAC) – citada por 2 entrevistados –, a *Juventude Operária Católica* (JOC) – citada por 2 entrevistados –, a *Juventude Estudantil Católica* (JEC) – citada por 1 entrevistado

– e a *Juventude Universitária Católica* (JUC) – citada por 2 entrevistados – nasceram como ramificações da Juventude Católica, uma das seções da Ação Católica Brasileira (ACB) que representava uma associação de católicos leigos que participavam efetivamente da missão apostólica da igreja, levando a doutrina social dessa instituição a diversos espaços, como escolas, fábricas, universidades e sindicatos (CPDHCB, 2019d; Souza, 2006).

A *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) – citada por 2 entrevistados – nasceu no ano de 1975 e teve o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Nesse momento histórico, havia um intenso movimento expansionista da economia capitalista no meio rural, com o apoio do governo brasileiro, que priorizava e subsidiava, com incentivos fiscais, as agroindústrias e latifúndios, deixando de lado os pequenos produtores da agricultura familiar. Caminhando na contramão dessas ideias, as ações da CPT coadunavam com as práticas da Igreja Popular, e, dessa maneira, esse organismo pastoral conseguia vincular a fé e o compromisso com a justiça social (Ferreira, 2004).

A *Juventude Independente Católica* (JIC) – citada por 1 entrevistado – foi uma associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica, em 1950, como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Destinava-se à formação religiosa e social dos jovens não vinculados ao meio operário, estudantil e agrário. Desapareceu a partir da crise da ACB, iniciada em 1966 (CPDHCB, 2019d).

A *Pastoral da Juventude* (PJ) foi citada por 1 entrevistado, e a *Pastoral da Juventude do meio popular* (PJMP) também foi citada por apenas 1 entrevistado. A história da Pastoral da Juventude começa na década de 1970 ou mesmo com a Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JOC, JUC), nos anos de 1960. Não é possível negar que esses movimentos aprenderam muito com a Ação Católica, a Teologia da Libertação e a Pedagogia do Oprimido. Assim, nasce a Juventude do Meio Popular, em meados dos anos de 1970, integrando o movimento de Juventude Católica posterior (CPDHCB, 2019d).

O *Centro de Formação Missionária* (CFM), em Serra Redonda, na Paraíba, foi citado por 1 entrevistado; o *Centro de Formação Missionária Feminino*, em Mogeiro, na Paraíba, citado por 1 entrevistado, e a *Associação dos Missionários e Missionárias do campo*, citada por 1 entrevistado, foram criados a partir de 1989, por meio de idealizações do padre de origem belga José Comblin, importante expoente da teologia da libertação que veio para América Latina em 1958 e realizava formações de educadores populares.

O *Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira* (SEDUP) – citado por 1 entrevistado – foi criado em 1981, pela Diocese de Guarabira, na Paraíba, com o objetivo de fortalecer os movimentos populares e sindicais. Tal instituição contribuiu, decisivamente, na formação e capacitação de lideranças dos movimentos populares, de assalariados da cana-de-açúcar e de pequenos produtores rurais como também no fortalecimento de grupos de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas (Ramalho *et al.*, 2010).

Organizações universitárias

Na categoria “Organizações universitárias”, foram citadas 11 experiências que se relacionam à temática abordada, as quais caracterizam, aproximadamente, 19% das ações relatadas pelos entrevistados.

O *Grupo de Pesquisa em Extensão Popular* (EXTELAR) – citado por três entrevistados –, criado em 1999, dirigiu as suas ações a momentos de especulações teóricas, em temáticas como fundamentos da extensão universitária, extensão popular, movimentos populares, economia solidária

popular e EP. Nesta última linha de atuação, o EXTELAR objetiva estimular o desenvolvimento de projetos no campo popular, a produção teórico-acadêmica nesses campos, práticas que promovam a autogestão e a cidadania crítica e ativa, exercitando-se, academicamente, nas necessárias relações recíprocas da extensão com a pesquisa, atualizando-se no debate sobre o papel social da universidade (EXTELAR, 2019).

O *Setor de Estudos e Apoio aos Movimentos Populares (SEAMPO)* – citado por 2 entrevistados –, criado em 1985, constitui-se como uma unidade de produção acadêmica e de apoio aos movimentos sociais nas áreas da extensão, do ensino e da pesquisa, de modo a possibilitar a troca entre os saberes populares e científicos. O SEAMPO propõe-se a viabilizar uma política universitária, na busca de soluções para os problemas sociais da região onde a Universidade está inserida (Costa; Alberto, 2012).

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) – citado por 2 entrevistados –, criado em 2014, tem por atribuição principal coordenar, desenvolver, orientar e executar atividades de extensão, pesquisa e ensino sobre o campo da economia e da EP. Esse Núcleo busca contribuir para ações nos campos da Economia dos Trabalhadores e das políticas culturais. Além disso, busca atuar na formação de pessoal de nível superior para assessorias nos campos da EP, de EP em Saúde e da Economia Solidária, envolvendo ações no campo da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, Autogestão e Cooperativismo, Finanças Solidárias, Bancos Comunitários, Moedas Sociais e Fundos Rotativos Solidários, Políticas Públicas de Economia Solidária, Inclusão Produtiva, Desenvolvimento Local e Tecnologia Social (UFPB, 2019).

A *Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES)* – citada por dois entrevistados – foi constituída em 2001, a partir de um grupo de trabalho (GT) que pesquisa Relações do Trabalho, por meio de um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC/UFPB. Contou com o apoio inicial da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (Unitrabalho) e com financiamento da PRONINC/FINEP/SENAES/TEM (UFPB, 2019).

O *Projeto de Extensão Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família (PEPASF)* – citado por 2 entrevistados – é um Projeto de Extensão Popular, baseado na EP, iniciado em 1997. Atua no contato com a comunidade, na busca de soluções para os imprevisíveis e, muitas vezes, graves problemas com que ela se defronta na organização de espaços de troca de experiência, estudo e definição coletiva de encaminhamentos e na solução de problemas de relacionamento entre eles. A partir do vínculo comunitário, surge um compromisso que motiva e dá sentido para estudos, criações e envolvimento com os desafios da construção política de uma nova realidade sanitária (Vasconcelos, 2015).

O projeto *Pesquisa em Extensão na Saúde Coletiva (PESC)* – citado por 1 entrevistado – foi desenvolvido com o apoio de estudantes do Curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba, a partir de 2008. No âmbito desse projeto, foram realizados trabalhos com crianças, adolescentes e gestantes. O foco das ações sempre estava na Atenção Básica, discutindo suas diversas questões. Nesse contexto, entre outras atividades, realizavam-se formações com Agentes Comunitários de Saúde.

O Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (NESC) – citado por 1 entrevistado –, criado em 1988, tem o objetivo de promover pesquisa de caráter multidisciplinar e interinstitucional, por meio da prestação de serviços, divulgação de conhecimentos na área da Saúde Coletiva e Nutrição e colaboração direta ou indireta na formulação de soluções para os problemas de saúde da comunidade. O NESC tem como missão realizar produção educativa em serviço, no campo da saúde

coletiva, orientada aos trabalhadores do SUS, além de apoiar a pesquisa, ensino e extensão, por meio de processos de aprendizagem no trabalho, na Paraíba e na Universidade Federal da Paraíba (NESC, 2019).

O *Projeto Fisioterapia na Comunidade* – citado por 1 entrevistado – foi um projeto de extensão que possibilitou a atuação de fisioterapeutas no espaço da comunidade, buscando, na EP, embasamento teórico e metodológico para essa atuação. Ainda é possível salientar que o projeto contribuiu bastante para a discussão da fisioterapia na Atenção Primária no Brasil, e essa discussão foi fortemente influenciada pela lógica da EP.

O *Projeto Valentina* – citado por 1 entrevistado –, criado em 2003, contou com a participação de estudantes de Fisioterapia, Medicina, Enfermagem, Educação Física e Nutrição da Universidade Federal da Paraíba. Sua atuação no bairro do Valentina Figueiredo, localizado no município de João Pessoa, se deu tanto no processo de discussão a respeito da situação dos sem-teto quanto no processo de saúde das crianças para alguma intervenção.

O *Projeto Resgate Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos* – citado por 1 entrevistado – foi um projeto de extensão desenvolvido em 2007, contando com a participação, em especial, dos professores/alunos do município de João Pessoa. Foram desenvolvidas investigações acerca da história local, objetivando produzir materiais didáticos, promover capacitação docente para pesquisa/ensino de História e sugerir/elaborar projetos voltados para a preservação do patrimônio histórico-cultural local.

O *Projeto Praia de Campina* – citado por 1 entrevistado – foi um Projeto de extensão que visava promover ações culturais na região do Vale do Rio Mamanguape, na Paraíba.

Serviço de Saúde

Na categoria “Serviço de Saúde”, foi identificado um serviço, representando, aproximadamente, 2% dos espaços citados pelos entrevistados.

O *Centro de Referência da Saúde do Trabalhador (CEREST)* – citado por 2 entrevistados – foi criado em 2002 e é um local de atendimento especializado em Saúde do Trabalhador. Além disso, serve como uma fonte geradora de conhecimento, ou seja, tem condição de identificar se as doenças ou os sintomas das pessoas atendidas estão relacionados com as atividades que elas exercem, a depender da região onde se encontram. Esses dados podem ser de extrema valia para as negociações feitas pelos sindicatos como também para a formulação de políticas públicas (Brasil, 2012b).

Experiências locais de educação de jovens e de adultos

Na categoria “Experiências Locais de Educação de Jovens e de Adultos”, foram identificadas 4 experiências, representando, aproximadamente, 7% de todas as ações e atividades atreladas à EP da Paraíba citadas pelos educadores populares entrevistados.

O *Projeto Escola Zé Peão* – citado por 5 entrevistados – representa uma proposta de alfabetização que atende aos trabalhadores da construção civil desde 1991. A maioria deles é constituída de migrantes que trabalham durante a semana em João Pessoa e retornam, na sexta-feira, para suas cidades de origem, no interior da Paraíba. Devido à realidade desses sujeitos, as aulas acontecem nos canteiros de obras, de segunda a quinta-feira, à noite. As sextas-feiras ficam reservadas para atividades de planejamento e formação da equipe pedagógica. Neste sentido, o projeto discute questões atuais da realidade dos trabalhadores, pautando seus processos educacionais na EP (Soares, 2011).

A *Escola Quilombo dos Palmares* (EQUIP) – citada por 2 entrevistados – foi fundada em julho de 1988 e representa uma escola de formação cidadã com atuação, sobretudo, na região Nordeste. Os seus principais objetivos têm sido contribuir para a construção de conhecimentos e para que os sujeitos das classes populares assegurem sua cidadania e conquistem melhorias na qualidade de vida. Suas ações são orientadas pelas metodologias da EP, buscando, dessa maneira, contribuir para a construção de uma sociedade solidária e com justiça social (EQUIP, 2019).

O *Projeto Educativo do Menor* (PEM), atual Projeto Comunitário de Educação Popular (PROCEP) – citado por 2 entrevistados – nasceu como uma iniciativa pastoral da Diocese de Guarabira, na Paraíba, em 1977. O Bispo dessa Diocese, nesse período, era Dom Marcelo Pinto Carvalheira, homem comprometido com o desenvolvimento de ações políticas e educativas direcionadas para as populações mais vulneráveis economicamente. O PEM foi um programa de alfabetização em áreas carentes, por meio do método Paulo Freire, que pautava a EP e a articulação entre os movimentos sociais da comunidade na qual era implementado (Lima, 2016).

Por fim, temos o *Projeto Educação construindo cidadania*, antigo projeto *Sal da Terra* – citado por 1 entrevistado –, que, desde 1989, promove um processo de formação sistemática que permite a troca de experiências e a educação problematizadora. Seu objetivo principal é possibilitar acesso e oportunidade aos indivíduos que são atendidos pelo projeto, tornando-os pessoas capazes de ler não só os livros mas também o mundo (PST, 2020).

Um olhar panorâmico sobre os espaços levantados

Os resultados expressos no presente manuscrito retratam a ampla gama de experiências que marcaram a história da construção da concepção e da prática da EP no estado da Paraíba, ao tempo em que sinalizam para uma substancial pluralidade nas temáticas e nos espaços. Este último aspecto, em especial, colabora com a compreensão da potencialidade de a EP contribuir com a constituição de movimentos, de práticas e de processos educacionais inscritos em diferentes temáticas e questões sociais, ou seja, não apenas aquelas atinentes ao campo pedagógico. As experiências levantadas foram desenvolvidas em áreas como saúde, arte, cultura, meio ambiente, organização política, entre outras. Evidentemente, os resultados delimitam a centralidade que as experiências em torno da Educação de Jovens e de Adultos tiveram em contribuir com o apontamento, a experimentação e a sistematização de aspectos teóricos e metodológicos próprios da EP.

Também foi demonstrada a significativa irradiação dessas dimensões teóricas e metodológicas para sua aplicação e desenvolvimento em outras áreas, como forma de produzir respostas educativas aos desafios da vida social. Nesse aspecto, cumpre também destacar como relevante o fato de que, em verdade, o presente manuscrito registra apenas uma parcela da ampla e rica teia de experiências que fizeram e que ainda fazem parte da história da EP na Paraíba.

Como entrevistamos apenas 11 sujeitos, entendemos que este mesmo estudo deverá ser ampliado em futuras oportunidades e também atualizado, posto que a EP constitui fonte imanente, que acolhe novas inquietações provocadas por cada contexto histórico e social e estimula a criação contínua de novas experiências, ou mesmo a ressignificação daquelas já existentes. Destarte, cabe frisar que não intencionamos declarar como acabada a tarefa de levantamento das iniciativas de EP com o presente artigo. Pelo contrário, cremos que esse é um passo inicial nessa tarefa necessária, que precisa ser continuamente alimentada.

No que se refere às reflexões que surgiram a partir da análise dos resultados, julgamos ser necessário ressaltar, primeiramente, o papel de setores da Igreja Católica no que se refere ao

apoio às iniciativas de EP desenvolvidas junto a setores populares em seus contextos de vulnerabilidade social. É possível afirmar que, desde os anos de 1960, diferentes setores dessa Igreja contribuíram tanto dando apoio para a realização das experiências – inclusive, assegurando guarida e proteção a seus protagonistas no contexto do período ditatorial militar – como formando novos protagonistas, uma vez que, em especial nos anos de 1960 a 1980, a Igreja abrigava uma série de processos de formação de base para o trabalho social com aqueles em situação de pobreza econômica e social. Muitas pessoas, formadas pela Igreja, viam na Educação Popular uma estratégia coerente para o desenvolvimento de um trabalho emancipador com as pessoas dos grupos populares. Ademais, é imprescindível pontuar o papel da perspectiva da Teologia da Libertação nesse processo. No que diz respeito à Teologia da libertação, há mais a observar:

A Teologia da Libertação (TL) tem sua origem principalmente na América Latina, baseada na convergência de mudanças internas e externas resultantes da modernidade vivida pela Igreja católica e algumas igrejas protestantes na segunda metade do século XX. É um pensamento teológico que nasce da perspectiva de interpretar a realidade latino-americana à luz do Evangelho, usando termos e conceitos marxistas, além de afirmar a “opção preferencial pelos pobres”, ou seja, uma escolha política orientada pela noção de classe social (Löwy *et al.*, 2020, p. 1).

Outro aspecto marcante na história da EP na Paraíba está em sua íntima associação com a construção e o desenvolvimento da ação e da organização de movimentos sociais populares, os quais sempre estiveram ao seu lado, desde sua fundação. Conforme Gerhardt e Frantz (2019), como expressões de EP, esses movimentos são sinônimos de resistência e criatividade na luta pela conquista de projetos populares alternativos, que se posicionam de maneira contrária as forças hegemônicas. No contexto paraibano, como vimos anteriormente, grupos populares e suas organizações assumiram posições de destaque na luta para assegurar seus direitos.

Neste sentido, nos anos de 1950, as Ligas Camponesas, a Paraíba, historicamente, acolheu diferentes protagonismos populares na luta por direitos sociais e na resistência contra processos de exclusão e de opressão. Assim, a EP teve sentidos expressos, no que tange à formação permanente dos protagonistas desses movimentos bem como na partilha, entre esses protagonistas, de novas relações e sociabilidades, qualificadas, sobretudo, pela solidariedade e pela colaboração. Ademais, a EP expressou-se na capacidade de esses movimentos apontarem novas possibilidades metodológicas de pensar e de fazer práticas e políticas sociais. Produzindo não apenas estratégias de luta e de resistência, historicamente, os movimentos assinaram propostas concretas de construção de novos caminhos e ações para a qualificação de algumas políticas públicas e a reorientação daquelas que estivessem guiadas por um agir conservador e elitista.

Torna-se também relevante o fato de os atores dos movimentos sociais pautados pela EP terem priorizado a construção de organizações políticas capazes de, a partir da base do trabalho e da luta nos movimentos, galgarem desafios maiores e incidirem concretamente na participação da formulação de políticas públicas e na representação em espaços de controle social. O estado destaca-se também na criação de espaços organizativos como sindicatos, partidos políticos, conselhos representativos, entre outros. Chama-nos a atenção como alguns desses protagonistas não só priorizaram a participação política organizada como também a organização para o desenvolvimento concreto de ações, projetos e programas de construção de políticas públicas, o que se deu, em boa monta, pela criação de ONGs.

O estudo ainda revelou que a Paraíba teve importante papel na criação e no aprimoramento de diversas articulações, redes e projetos de alcance regional e nacional, o que foi também potencializando a dimensão propositiva da EP, no sentido de que as práticas locais possam revelar modos de fazer e de conduzir o trabalho social e educativo que podem servir de base para o desenvolvimento de novas práticas em outros contextos.

Com base no estudo realizado, também percebemos que as trocas de experiências mediadas em espaços de articulação regional e nacional fortaleciam as possibilidades de realização da EP em diferentes cenários, ao mesmo tempo que consolidavam a EP como referencial de um movimento muito mais amplo do que aquele visto em suas realizações locais. Isso também contribuía para uma maior sensação de identidade e de pertencimento por parte de seus atores, que passavam não apenas a fazer a EP localmente mas a defendê-la nos mais diferentes espaços, compreendendo-a como perspectiva orientadora para o apoio solidário e efetivo à produção de ações educativas e de processos formativos de enfrentamento aos fatores de origem da exclusão social e à busca por sua superação.

Finalmente, outro ponto levantado no estudo apresenta a significativa expressividade da EP dentro do contexto universitário, incidindo tanto na produção de experiências pela Extensão, como na reorientação do ensino e de planos curriculares e, ainda, na promoção de pesquisas de cunho participativo. Conforme o exposto por Monteiro (2022), desde que foram instauradas as primeiras instituições universitárias no Brasil, o acesso das classes populares a elas foi mais restrito, uma vez que a maioria das vagas foi destinada à formação intelectual das elites, o que fez com que essa instituição passasse a ser enxergada como um espaço de exclusão e elitização. Na atualidade, o cenário é um pouco diferente e é possível perceber um processo de abertura que tem possibilitado o acesso dos grupos populares a essas instituições. Possivelmente, a inserção da EP nos espaços acadêmicos tem dado contribuições para isso, tendo em vista que ela busca romper com a elitização e propõe um diálogo entre os diferentes saberes.

É possível dizer que, assim como ocorreu com setores da Igreja Católica, o nascedouro da EP contou também com a acolhida e a proteção de vários setores dentro das universidades públicas brasileiras. Após a instalação da Ditadura Militar em especial, os espaços das instituições de ensino superior testemunharam também grandes dificuldades e perseguições a docentes e discentes em razão de seu pensamento e de sua prática crítica e progressista. Cabe dizer que, apesar disso esses espaços ofereciam algumas «brechas» dentro das quais muitos técnicos, docentes e discentes poderiam, ainda que subversivamente, desenvolver iniciativas de trabalhos de base e de formação de protagonistas sociais com o olhar da EP.

Com o processo de reabertura democrática, iniciado na década de 1980, esse papel de apoio das universidades à EP vai se ampliando, sobretudo pela crescente participação de atores acadêmicos na cena social brasileira, no sentido de se envolverem na construção de novas políticas públicas e de propostas de agendas, projetos e programas direcionados à afirmação dos direitos sociais e humanos, à luz da construção da Constituição Cidadã de 1988. Seguindo nas próximas décadas, a EP continua presente no seio universitário, pela ação de seus vários atores, tendo um sentido efetivo em desdobramentos importantes, como, por exemplo, no crescente reconhecimento e fortalecimento da atividade de Extensão ou na difusão de perspectivas ativas, participativas e inclusivas de produção de pesquisas e de conhecimentos; além disso, a EP tem sido referencial em muitas iniciativas de mudanças curriculares nos cursos superiores, tendo como destaque, nessa direção, a área da Saúde.

Em alguns currículos, como no do curso de Medicina da UFPB, as experiências de EP constituíram uma das bases importantes, no sentido de fazer serem implementadas propostas de formação profissional de forma articulada à realidade dos grupos sociais populares, pautadas pelo aprendizado dos estudantes com seus protagonistas e com o desvelamento de estratégias dialógicas de trabalho social colaborativo, visando à afirmação dos direitos sociais e humanos.

CONCLUSÕES

Com este estudo, constata-se que o estado da Paraíba pode ser considerado um importante centro articulador de experiências locais e nacionais de EP no Brasil. Nessa direção, é fundamental pesquisar com afinco sobre essa história de luta e de resistência. Assim, avança-se ao se identificarem algumas das iniciativas significativas da EP na Paraíba, a partir de perspectivas e entendimentos dos diversos protagonistas de processos sociais e populares. A partir da identificação dessas experiências que ocorreram em diferentes contextos, como pode ser observado, e tendo uma multiplicidade de sujeitos sociais como protagonistas, evidencia-se a potência da reconstrução histórica da trajetória dos educadores populares da Paraíba.

Cabe pontuar, entretanto, que, houve limitações em nossa investigação, pela falta de informação histórica pormenorizada nos estudos acadêmicos, o que resultou em algumas lacunas quanto à precisão de datas e de acontecimentos históricos relatados. Ademais, a maioria dos(as) entrevistados(as) priorizou, em suas narrativas, experiências com tempo de realização mais antigo, concentrando-se, sobretudo, no período das décadas de 1970 a 1990, contemplando, portanto, poucas iniciativas originadas na última década.

Acreditamos que a identificação e o reconhecimento das experiências que ganharam destaque na Paraíba representam impactos positivos tanto para o Estado quanto para os grupos populares, pois se trata de trazer à tona iniciativas que tiveram e ainda têm importante papel em processos organizativos e emancipatórios das classes populares, revelando, em alguns casos, o protagonismo assumido pelo próprio povo na sua busca por ser mais.

Enquanto concepção educativa e paradigma teórico, a EP se destaca por seu caráter transformador, que também pode ser identificado nas experiências realizadas a partir de seu referencial teórico e metodológico. Todas as experiências apresentadas ao longo deste estudo foram criadas e levadas adiante, tendo em seu horizonte a perspectiva e a necessidade de transformar, em alguma medida, a realidade social que produz desigualdade e opressão. Tendo esse objetivo em comum, não causa surpresa o fato de que os educadores e educadoras populares tenham se encontrado nessas práticas e iniciativas, objetivando construir novas formas de enfrentamento e se colocando ao lado do povo e das suas lutas.

Afinal, considera-se que conhecer a EP e todas as suas nuances pela perspectiva do próprio educador popular é uma experiência rica, repleta de identificação e de fortalecimento. Do mesmo modo, conhecer as iniciativas populares que tiveram destaque no estado da Paraíba pode ser uma contribuição relevante para o campo da EP e para os/as educadores/as populares. Assim, é possível afirmar que cada umas das experiências, ações, iniciativas ou movimentos contribuíram, em alguma medida, para o crescimento teórico e prático da EP, tendo em vista que essa concepção educativa transformadora se alimenta dos processos históricos marcados pela valorização da cultura popular, comunhão de saberes, diálogo, luta, resistência e construção compartilhada do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR (ANEPOP) (org.). **Conheça a ANEPOP**. Disponível em: <http://extensaopopular.blogspot.com/p/conheca-anepop.html>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (ASPREVPB) (org.). **Quem somos?** Visão, Missão, Valores. Disponível em: <https://www.asprevpb.org.br/institucional>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.
- BERNARDO, Klebson Felismino ; CARNEIRO, Pedro José Santos. Concepções e referenciais da educação popular: a sistematização de experiências de seus protagonistas na Paraíba. **Praxis & Saber**, v. 13, p. e12261-15, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução 466/2012. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução Nº 196/96**. Versão 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CONEP, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823**, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Saúde legis: sistema de legislação da saúde. Brasília, 2012b.
- CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. vol.15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300016&script=sci_arttext Acesso em: 19 ago. 2023.
- CANANÉA, Fernando Antônio Abath Luna Cardoso. **Educação Popular e identidade: navegando com a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR (CEPIS) (org.). **Centros e Núcleos – CEPIS**. Disponível em: <https://sedes.org.br/site/centros/cepis-centro-de-educacao-popular/>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDHCB) (Rio de Janeiro) (org.). **Partido Comunista Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDHCB) (Rio de Janeiro) (org.). **Central Única dos Trabalhadores**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores-cut>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDHCB) (Rio de Janeiro) (org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao-pna>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDHCB) (Rio de Janeiro) (org.). **Movimento Educacional de Base**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- COSTA, Eduardo Antônio de Pontes.; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Memórias e narrativas tecidas em uma experiência extensionista. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 667-678, Dec. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300016. Acesso em: 27 jun. 2023.
- CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera. Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cad. CEDES** vol. 21. n°55 Campinas. 2001.

ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP) (org.). **Histórico**. Disponível em: <http://www.equip.org.br/historia.php>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base – Primeiros tempos: 1961-1966. **V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação**. Évora/Portugal. 2004. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES EM SAÚDE (FENASPS) (org.). **Histórico**. 2010. Disponível em: <http://www.fenasps.org.br/institucional/historia>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FERREIRA, Silvana Maria. **Peregrinos da Terra Prometida**: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). *Sacrilegens, Juiz de Fora*, v.1, n.1, p.137-152, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (EXTELAR) (Paraíba) (org.). **Histórico**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/extelar/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GERHARDT, Milton César; FRANTZ, Walter. Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 18, n.1, p. 92-104, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/46367/26151>. Acesso em: 7 fev. 2024.

HADDAD, Sérgio. **Relatório preliminar de pesquisa**: a situação da educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Mimeo, 2006.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Educação Popular latino-americana**: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; ENFOC, 2020. p. 197.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

JOVCHELOVICH, Sandra., BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

LACERDA, Gislene Edwiges de. O surgimento do Partido dos Trabalhadores: uma análise de documento histórico de sua pré-fundação. **Virtú** (UFJF), v. 6. 2008.

LIMA, Maria da Luz dos Santos. **Projeto Comunitário – PROCEP (1987-1994) no Assentamento Baixo-Riachão PB**: uma experiência de educação popular no campo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LÖWY, Michael.; SOFIATI, Flávio Munhoz; ANDRADE, Luis Martínez; Cristianismo da Libertação e Teologia da Libertação na América Latina. **Revista Sociedade e Cultura**. 2020, v. 23. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/64381/35037>. Acesso em: 6 fev. 2024.

MANCE, Euclides André. **O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular** – o aprendizado dos anos 80 e 90. Brasília: MNDH, 2007.

MARCELINO, Jucicleide da Silva. **BAMIDELÊ – Organização de Mulheres Negras na Paraíba em um contexto de transformação nas políticas públicas (2010-2016)**. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

MELO NETO, José Francisco; CEZARINO, Heleno; CARNEIRO, Geraldo Marques. (org.). **Dialética**. 1 ed. João Pessoa-PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002, v. 1, p. 83-121.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE-PARAÍBA (MOPS-PB) (org.). **Conheça o MOPS PB**. Disponível em: <http://mopsparaiba.blogspot.com/p/conheca-o-mops-paraiba.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MONTEIRO, Rui Anderson Costa. A educação popular no ensino superior brasileiro: o protagonismo da universidade federal da fronteira sul. **Rev. @mbienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 00, e022002, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1142/938>. Acesso em: 7 fev. 2024.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI, Vicente Sarubbi Jr.; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto Leite Rolim; REIS, Alberto Olavo Advinçula. Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Rev. Esc. Enferm. USP** [Internet]. 2014.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA (NESC) (Paraíba) (org.). **HISTÓRICO**. Disponível em: <http://www.ccs.ufpb.br/nesc/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ONG-MARÉ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EDUCACIONAIS (ONG-MARÉ) (org.). **Ong Maré**. Disponível em: <http://mareproducoes.blogspot.com/p/blog-page.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

OLIVEIRA, Ailza de Freitas; *et al.* (org.). **Educação popular**: autoras e autores da Paraíba. 1. ed. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2020. v. 1. 398 p.

OLIVEIRA, Ailza de Freitas; *et al.* (org.). **Educação popular**: autoras e autores da Paraíba [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção Saberes em Educação Popular, v.2)

PROJETO SAL DA TERRA (PST) (org.). **Histórico**. Disponível em: <https://saldaterraeducacao.wordpress.com/about/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RAMALHO, Francisca Arruda *et al.* **Os Centros Populares de Documentação e Comunicação no Contexto Paraibano**: elementos para reflexão. João Pessoa: UFPB/Departamento de Biblioteconomia e Documentação, 2010. (Relatório de pesquisa).

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RECID) (org.). **Como nos organizamos**. Disponível em: <http://recid.redelivre.org.br/como-nos-organizamos-2/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

REZENDE, Maria Valéria. A educação popular no Brasil: uma visão histórica. In: OLIVEIRA, A. F. *et al.* (org.). **Educação popular**: autoras e autores da Paraíba. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 217-228, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, Rosa Maria Carlos e. **A arte censurada**: teatro e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1988. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Ione Gomes da; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Educação popular e o campo das drogas: enfoques da literatura. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, v. 27, e0220050, 2022. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/10980>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SOARES, Leônicio. As Especificidades na Formação do Educador de Jovens e Adultos: Um Estudo Sobre Propostas de EJA. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p.303-322, ago. 2011.

SOUZA, Dellany Maria Dantas *et al.* O desenvolvimento na perspectiva da participação: Campina Grande-PB e o centro de Ação cultural (CENTRAC). **Qualitas Revista Eletrônica** ISSN 1677 4280 v.18 n.1 - jan-abr/2017.

SOUZA, Ney de. Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica** - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

STOTZ, Eduardo Navarro. Encontro de movimentos e práticas de Educação Popular e Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v.8, n.14, p.179-82. 2004.

TORRES, Carla Michele Ramos. A União Nacional dos Estudantes: História, Educação e Política no Brasil na década de 1960. **Anais** da XI Reunião Científica Regional da ANPED. UFPR. Curitiba/Paraná, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) (org.). **Histórico INCUBES**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/incubes/>. Acesso em: 23 jul. 2023

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação Popular e Atenção à Saúde da Família**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; VASCONCELOS, M. O. D.; SILVA, M. O. A contribuição da Educação Popular para a reorientação das práticas e da política de saúde no Brasil. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p.89-106, jun. 2015.